



## UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Nº02 | FEVEREIRO | 2019

# DOCUMENTOS INTERNACIONAIS RELEVANTES

Cofinanciado por:



### **Condições de trabalho transparentes e previsíveis: Comissão congratula-se com o acordo provisório alcançado**

A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um acordo provisório sobre a proposta da Comissão Europeia de uma nova diretiva destinada a criar condições de trabalho mais transparentes e previsíveis, em especial para os trabalhadores em formas atípicas de emprego. Marianne Thyssen, comissária responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, saudou o acordo com a seguinte declaração:

*«Graças à nossa iniciativa para garantir condições de trabalho transparentes e previsíveis, iremos proteger mais trabalhadores em toda a Europa, em especial o número crescente de pessoas ativas em novas formas de trabalho, tais como «flexiempregos», trabalho ocasional e trabalhadores domésticos.»*

O acordo provisório deve agora ser formalmente adotado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

#### **Mais informações:**

[Ficha informativa: Objetivo: condições de trabalho transparentes e previsíveis](#)

### **Previsões económicas do inverno de 2019: moderação do crescimento devido a incertezas a nível mundial**

A economia europeia deverá crescer pelo sétimo ano consecutivo em 2019, com previsões de expansão em todos os Estados-Membros. O ritmo global de crescimento deverá ser moderado, em comparação com as elevadas taxas dos últimos anos, e as perspetivas estão sujeitas a grandes incertezas.

O vice-presidente Valdis **Dombrovskis**, responsável pelo Euro e pelo Diálogo Social, bem como pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais, afirmou: *«Todos os países da UE deverão continuar a crescer em 2019, o que significa mais emprego e mais prosperidade. No entanto, as nossas previsões foram revistas em baixa, em especial para*

*as maiores economias da área do euro, devido a fatores externos como as tensões comerciais e o abrandamento dos mercados emergentes, nomeadamente da China. As preocupações quanto aos ciclos viciosos entre a dívida bancária e a dívida soberana e à sustentabilidade da dívida voltaram a ser sentidas em alguns países da área do euro. A possibilidade de um Brexit disruptivo gera ainda mais incerteza. O facto de estar ciente destes riscos constitui metade do trabalho. A outra metade consiste em escolher a combinação adequada de políticas, como a facilitação do investimento, a intensificação dos esforços para levar a cabo reformas estruturais e a prossecução de políticas orçamentais prudentes.»*

As presentes previsões baseiam-se num conjunto de pressupostos técnicos em matéria de taxas de câmbio, taxas de juro e preços dos produtos de base à data de 25 de janeiro de 2019. Para todos os outros dados utilizados, as presentes previsões têm em consideração as informações disponíveis até 31 de janeiro.

As próximas previsões da Comissão Europeia serão as previsões económicas da primavera de 2019, em maio de 2019.

### **Mais informações**

Documento completo: [Previsões Económicas Intercalares do Inverno de 2019](#)

### **Semestre Europeu - pacote de inverno: avaliação dos progressos realizados pelos Estados-Membros na execução das prioridades económicas e sociais**

Na sua avaliação anual da situação económica e social dos Estados-Membros publicada este mês, a Comissão Europeia salienta a necessidade de promover o investimento, adotar políticas orçamentais responsáveis e realizar reformas bem concebidas. Os problemas variam significativamente de um país para outro e exigem uma ação política apropriada e determinada.

Esta análise dos problemas específicos de cada país surge no contexto de uma economia europeia que deverá crescer pelo sétimo ano consecutivo em 2019, ainda que a um ritmo mais moderado. O emprego atingiu níveis sem precedentes e o desemprego regista mínimos históricos. As finanças públicas melhoraram também em todos os setores, embora se verifiquem ainda elevados níveis de dívida nalguns países. Subsistem, contudo, alguns problemas. Os níveis de produtividade continuam a ser modestos, o envelhecimento da população intensifica-se e a rápida evolução tecnológica tem um impacto significativo nos

mercados de trabalho. Em alguns Estados-Membros, o rendimento real das famílias continua a ser inferior aos níveis anteriores à crise. O desemprego dos jovens sofreu uma redução significativa, embora seja ainda em alguns Estados-Membros inaceitavelmente elevado. Numa época de crescente incerteza a nível mundial, é fundamental que os Estados-Membros da UE envidem esforços para aumentar a produtividade, melhorar a resiliência das suas economias e garantir que todos os cidadãos possam beneficiar do crescimento económico.

Seguindo-se à publicação, em novembro último, da Análise Anual do Crescimento e das recomendações sobre a política económica da área do euro, que definem as prioridades a nível europeu, os 28 relatórios por país publicados centram-se agora na dimensão nacional do Semestre Europeu. Os relatórios apresentam uma análise detalhada dos problemas económicos e sociais específicos de cada país. Servirão de base para o debate com os Estados-Membros sobre as suas prioridades estratégicas nacionais com vista à adoção, em abril, dos respetivos programas nacionais e conduzirão à formulação, no final da primavera, das recomendações específicas por país.

**Mais informações:**

[http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-19-1389\\_pt.pdf](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-1389_pt.pdf)

**Reacção da CES / ETUC ao pacote de inverno:**

<https://www.etuc.org/en/pressrelease/etuc-european-semester-winter-package>

**CES: Nova Directiva sobre direitos dos trabalhadores deve ser aprovada, transposta e implementada de forma adequada**

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) apelou à aprovação do acordo final sobre Condições de Trabalho Transparentes e Previsíveis, celebrado no passado dia 6 de Fevereiro pela Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Estados Membros. A Directiva contempla direitos importantes como o aviso prévio razoável sobre a alteração de turnos, bem como o direito ao pagamento de trabalhos cancelados à última hora. A Directiva restringe práticas abusivas tais como o acto de cobrar aos trabalhadores pela formação de que precisam para executar as suas funções e limita o período experimental a 6 meses. Ademais, os empregadores não podem impedir os trabalhadores de aceitar emprego noutras empresas fora do horário de trabalho acordado entre eles e o trabalhador.

Esther Lynch, Secretária-Confederal da CES, salientou, contudo, três aspectos decepcionantes na nova Directiva: a não-proibição de contratos de zero horas, a omissão do direito de o trabalhador mudar para uma forma de emprego mais segura e a não-protecção de alguns trabalhadores, tais como aqueles que trabalham menos de 12 horas por mês.

A Directiva estabelece também que os parceiros sociais (associações patronais e sindicais) devem ser incluídos na transposição da mesma.

**Mais informações:**

<https://www.etuc.org/en/pressrelease/new-directive-workers-rights-must-be-adopted-transposed-and-implemented-properly>

**Mobilidade laboral justa: Comissão saúda acordo sobre a Autoridade Europeia do Trabalho**

A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um acordo provisório sobre a [proposta da Comissão de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho \(AET\)](#). O Presidente **Juncker** anunciou pela primeira vez uma Autoridade Europeia do Trabalho em setembro de 2017. Esta nova autoridade da UE fomentará uma mobilidade laboral justa na UE, permitindo aos cidadãos e às empresas aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado único, e dará apoio à cooperação entre as autoridades nacionais, nomeadamente na prevenção e no combate à fraude e aos abusos sociais.

O acordo será apresentado ao Comité de Representantes Permanentes (Coreper) do Conselho para aprovação. Uma vez confirmado pelos representantes permanentes dos Estados-Membros, o acordo será sujeito a votação final em sessão plenária do Parlamento Europeu.

**Mais informações:**

[Ficha informativa: Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Uma mobilidade laboral justa: criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho](#)

**OIT publica “Panorama Laboral e Social Global: Tendências para 2019”**

Este relatório oferece uma perspetiva global e regional das tendências ao nível do emprego, desemprego, participação da força de trabalho e produtividade, bem como da situação profissional, emprego informal e pobreza no trabalho. Analisa também o rendimento e os últimos desenvolvimentos sociais, mediante um indicador de instabilidade social.

Uma das principais conclusões deste estudo é a de que a qualidade de emprego deficiente constitui uma das principais preocupações para a maior parte da força de trabalho global. Ademais, o desemprego e o subaproveitamento laboral permanecem elevados em muitos países, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos.

O relatório mede ainda o progresso ao nível das metas do Objetivo n.º 8 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem sido mais lento do que o esperado.

**Relatório:**

[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_670542.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670542.pdf)

**Alcançado acordo sobre a Autoridade Europeia para o Trabalho**

A CES apelou às instituições europeias para que aprovassem rapidamente o acordo alcançado pela Comissão, Parlamento e Conselho Europeus sobre um regulamento que estabelece a Autoridade Europeia para o Trabalho. A Autoridade irá reforçar os direitos dos trabalhadores ao ajudar as autoridades nacionais a aplicar e a fazer cumprir a lei laboral europeia e ao combater os abusos na mobilidade laboral, na segurança social e no destacamento de trabalhadores. Reforçará também o acesso da informação aos trabalhadores e empregadores sobre os seus direitos e deveres, coordenará e apoiará inspeções e facilitará a cooperação entre os estados membros na aplicação e cumprimento da lei europeia.

Liina Carr, Secretária-Confederal da CES, considera que “o estabelecimento de uma Autoridade Europeia para o Trabalho constitui um passo importante no combate à exploração dos direitos dos trabalhadores e representa um progresso na concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A Autoridade deverá ter um papel activo no combate ao falso trabalho independente e às empresas fictícias.”

**Mais informações:**

<https://www.etuc.org/en/pressrelease/agreement-reached-european-labour-authority>

## **Diálogo Social Europeu: Programa de Trabalho 2019-2021**

O sexto programa de trabalho autónomo dos parceiros sociais europeus apoia os objectivos da declaração quadri-partidária de 2016 sobre “Um Novo Começo para o Diálogo Social” a fim de reforçar o diálogo social a nível nacional e europeu, promover o papel e a influência dos parceiros sociais nacionais no semestre europeu e melhorar o apoio à capacitação dos parceiros sociais nacionais, nomeadamente através do Fundo Social Europeu.

O Programa de Trabalho 2019-2021 centra-se nas seguintes prioridades:

- Digitalização
- Melhorar o desempenho dos mercados laborais e sistemas sociais
- Competências
- Abordar aspectos e riscos psicossociais no trabalho
- Capacitação para um diálogo social mais forte
- Economia circular

### **Programa de Trabalho 2019-2021:**

[https://www.etuc.org/sites/default/files/publication/file/2019-02/V2\\_SD%20work%20programme%202019-2021.pdf](https://www.etuc.org/sites/default/files/publication/file/2019-02/V2_SD%20work%20programme%202019-2021.pdf)

## **DOCUMENTOS DO PARLAMENTO EUROPEU**



- [Texto aprovado - Retrocesso em matéria de direitos das mulheres e de igualdade de género na UE - P8 TA-PROV\(2019\)0111 - Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 2019 - Estrasburgo - Edição provisória](#)

## **PARECERES DO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)**



- [PARECER sobre a Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições para o prosseguimento das atividades de mobilidade para fins de aprendizagem em curso no âmbito do programa Erasmus+, no contexto da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte \(«Reino Unido»\) da União Europeia](#)

- [PARECER sobre a Igualdade de género nos mercados de trabalho europeus \[parecer exploratório a pedido do Parlamento Europeu\]](#)
- [PARECER sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento – Análise Anual do Crescimento para 2019: Para uma Europa mais forte num contexto incerto à escala mundial](#)